



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO

Ana Carla Menezes de Oliveira¹

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas

RESUMO

Esta pesquisa consiste em apresentar a trajetória histórica da Formação em Economia Doméstica, curso de nível médio, ministrado na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. Tem como objetivo geral compreender a formação em Economia Doméstica desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, no período de 1952 a 1967 e como objetivos específicos: analisar as relações existentes entre a formação em Economia Doméstica e as discussões sobre o ensino agrícola em Sergipe, além de compreender a Economia Doméstica no contexto da formação para o trabalho no que diz respeito às mulheres. O levantamento histórico dos dados foi processado nos arquivos da instituição escolar através de fontes documentais, iconográficas e orais, as quais foram selecionadas, organizadas e sistematizadas.

Palavras – chave: Cultura Escolar. Economia Doméstica. Educação. Gênero Feminino. História da Educação.

ABSTRACT

This research is to present the historical trajectory of Training in Home Economics, a middle level course, taught in Federal Agrotechnical School of St. Christopher, now Instituto Federal de Sergipe - Campus Saint Kitts. Aims to understand the general training in home economics developed in the Federal Agrotechnical School of St. Kitts, in the period from 1952 to 1967 and specific objectives: to analyze the relationships between training in Home Economics and discussions on agricultural education in Sergipe in addition to understanding Home Economics in the context of training for work with regard to women. The historical survey data was processed in the archives of the school through documentary sources, iconographic and oral, which, were selected, organized and systematized.

Words - Tags: School Culture. Home Economics. Education. Female gender. History of Education.

1.Licenciada em Pedagogia, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Mestre em Educação.E-mail: prof.carla.menezes@gmail.com; carla.menezes@ifs.edu.br

INTRODUÇÃO

A Economia Doméstica pode ser entendida como uma Ciência e uma arte cujo domínio envolve o cuidado da casa e da família (MARTINS, 1993, p. 65). É ciência, porque supõe conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. Utiliza-se de muitos princípios básicos da Economia Geral, tais como: a divisão do trabalho e do consumo coletivo. Como arte, inclui idéias artísticas, estéticas, como o gosto no decorar, aparelhar a casa e apresentar de forma cuidadosa as mais simples tarefas da vida cotidiana.

Historicamente, observamos que na Antiguidade, a família se encarregava da confeccionar a própria roupa, sendo que as atividades de fiar, tecer e tingir tecidos constituíam as funções mais importantes dentro de uma casa; já na Idade Média, o artesanato imperava e as pessoas produziam para o seu próprio consumo.

Historicamente, observamos que na Antiguidade, a família se encarregava da confeccionar a própria roupa, sendo que as atividades de fiar, tecer e tingir tecidos constituíam as funções mais importantes dentro de uma casa; já na Idade Média, o artesanato imperava e as pessoas produziam para o seu próprio consumo.

A preocupação com a família e com a educação do indivíduo para uma vida melhor; a solução racional de seus problemas; o melhoramento das comunidades, além da consequente elevação da sociedade constituem objetivos da Economia Doméstica. Em sentido amplo, as Ciências Domésticas abrangem o estudo das leis, princípios e ideias relacionadas às condições físicas do homem e de seu habitat. De outro lado, estuda também a natureza do homem como ser social em relação aos fatos ecológicos e estéticos.

Formalmente, a Economia Doméstica passou a existir em 1909, resultante de mudanças sociais que ocorreram com o advento da revolução industrial. Era um campo de conhecimento referente às funções da família, buscando eficácia científica nas tarefas cotidianas da casa em razão da melhoria da qualidade de vida dos grupos familiares.

Para a noção da importância atribuída à educação doméstica e às noções de higiene, é fundamental nos remeter à "formação da moça". Há longo tempo, o curso Normal tinha a função de ser um "colégio para moças". Para lá, iam as estudantes no momento em que terminavam o ginásio, para aumentar o conhecimento e a instrução delas, a fim de buscar a realização de melhorar a tarefa de mães de família. Em 1930, o curso Normal representou a solução ideal para a escolarização da mulher brasileira e, no início de 1940, passou a apresentar características de um ensino destinado às mulheres (CAMPOS,1987, p. 21).

Dessa forma, percebemos que a Economia Doméstica surgiu no panorama de ensino como "trabalhos manuais". Posta no currículo secundário pela Reforma Capanema, até então vista como um Curso de Economia Doméstica, fazia parte do ensino técnico-profissional, regulamentado pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio em dezembro de 1909.

A partir desse momento, uma série de entraves dificultou a consolidação de uma boa imagem do Curso de Economia Doméstica, que somente a conseguiu quando decretos do governo estadual paulista aplicaram mudanças, em 1930, na legislação do ramo de ensino profissional. O grande salto para valorizar a Educação Doméstica ocorreu a partir do que consagrara o Código de Educação em 1933, que levou o curso a se estender às escolas profissionais secundárias femininas com o intuito da formação das "futuras

donas-de-casa”.

No tempo de Capanema, a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, foi incluído o ensino de Economia Doméstica em todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico. Os objetivos da Economia Doméstica estavam voltados para a educação feminina, sobre a qual Capanema teria definido “o que viria a ser estatuído para o ensino secundário: a necessidade de uma educação especial para a mulher com o fito de prepará-la para a vida doméstica e para a conservação da família. Este seria, indebitavelmente, o tipo de serviço que a mulher deveria prestar à sociedade brasileira” (VILHENA, 1988, p. 214).

Dessa forma, tornaria imprescindível à mulher moderna preparar-se devidamente para enfrentar, com êxito, as exigências da vida contemporânea e preservar, ao mesmo tempo, com zelo, amor e inteligência, o seu lar – patrimônio que a sociedade lhe confiava. Não podia abdicar, igualmente, por interesses secundários, da missão de esposa e de mãe. Economia Doméstica, arte e ciência da vida do lar, foi uma das respostas a esta situação. Compreende o estudo das ciências domésticas, isto é, um conjunto de disciplinas tendentes à formação precípua da mulher para o lar.

Os profissionais de Economia Doméstica, por terem a missão de lidar com a família e demais instituições que trabalham como extensionista e produtor autônomo, precisavam estar atentos a uma série de valores que permeavam certas representações sociais, a fim de não atuarem com base no senso comum.

2. A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Para falar da formação profissional do Economista Doméstico, é preciso fazer referência à sua atuação. Sentimos, porém, que é necessário, primeiramente, fazer algumas considerações gerais a respeito da própria evolução histórica da Economia Doméstica e suas concepções, para depois destacar e justificar a formação do profissional nos dias atuais.

Na verdade, a história da Economia Doméstica confunde-se com a própria história da humanidade na sua luta pela sobrevivência. Se em tempos pré-históricos, na sua luta diária para a melhoria da qualidade de vida, o homem tinha que resolver problemas relativos à alimentação, habitação, vestuário e saúde, ainda hoje esta luta continua, pois dela depende a sobrevivência da espécie. Sendo assim, acreditamos que o homem vem fazendo economia doméstica ao longo dos anos e nem percebe esse fato.

A formalização da Economia Doméstica no âmbito familiar ocorreu com a organização política da sociedade e a consequente divisão dos papéis entre os gêneros. Dotada do potencial natural de gerar a espécie, couberam à mulher, pelo menos nas sociedades que evoluíram segundo orientação religiosa centrada numa figura divina, diversos papéis considerados eminentes da economia doméstica: “As funções da mulher estavam, portanto, estigmatizadas e pareciam mesmo imutáveis” (AMARAL, 1990, p. 51).

O processo evolutivo da sociedade, com consequentes transformações no modo de produção, exigindo o engajamento da mulher na força de trabalho extradomicílio, foi decisivo para que ocorressem mudanças substanciais nas relações familiares. Portanto, a participação feminina na força do trabalho dita economicamente ativa da sociedade possibilitou alterações significativas nos valores sociais.

Nesse contexto, as atividades da Economia Doméstica não mais estariam restritas à mulher e nem só à família. Outras instituições, além de empresas e indústrias, passariam a assumir atividades desenvolvidas pela família e que se caracterizavam, conforme Amaral (1990, p. 51) como trabalho doméstico. Este compreende todas as atividades que envolvem a administração e o consumo dos bens para o conforto da família, a compra, o preparo e armazenagem de alimentos, a confecção e os cuidados como o vestuário, o planejamento, a aquisição e a conservação do espaço, a educação, o cuidado – particularmente dos menores e dos idosos –, a manutenção da saúde e higiene do ambiente.

O processo evolutivo da sociedade vem colocando ano a ano a família com menos tempo do dia na sua

unidade domiciliar. Com isto, a família tem utilizado as mais diversas alternativas para solucionar, internamente, a questão do trabalho doméstico. No entanto, nem sempre a divisão equitativa dos afazeres entre os membros resolve os problemas concernentes ao trabalho doméstico e à administração familiar.

O processo de formação da sociedade e a complexidade de sua estrutura econômica foram decisivos para o surgimento de locais, tais como: creches, lavanderias, restaurantes, locadora de mão de obra, além de outras que substituiriam o trabalho doméstico.

Por outro lado, indústrias de roupas, de equipamentos, de utensílios, de calçados e de alimentos foram conseqüências da evolução econômica da sociedade que alteraram a forma de produção de bens e os produtos de consumo da família. A Economia Doméstica passou então do domínio privado, e deste, à comunidade, passando a ser exercida em instituições, empresas e indústrias que socializaram o trabalho doméstico e, assim, a sociedade pôde solucionar os problemas advindos com a alteração dos padrões de vida familiar.

A educação e o cuidado com crianças e idosos, o serviço de preparação de alimentos e o serviço de produção de equipamentos, de utensílios e mobiliários de uso doméstico são tipos de atividades não mais restritas ao meio familiar. São trabalhos inegavelmente executados também em instituições, empresas e indústrias.

Além de atuar em locais que desenvolvem esses tipos de serviços para a família e a comunidade, o economista doméstico pode também orientar para a aquisição, o consumo e o uso racional de bens, produtos e serviços.

Segundo Amaral (2002, p.56),

O economista doméstico tem condições de realizar esse tipo de orientação, uma vez que, em sua formação, o estudante aprende a identificar causas e conseqüências de escassez de recursos. Como profissional ele está apto a prevenir e orientar a população para melhor escolher, adquirir e consumir bens e serviços, isto é, educar o consumidor.

Como as demais profissões, a Economia Doméstica sofreu a interferência dos valores sociais vigentes, orientados por determinada linha filosófica e política. Dessa forma, o economista doméstico absorveu e teve posturas profissionais que orientavam o desempenho de atividades do ponto de vista assistencialista e tecnicista.

A atuação do economista doméstico, porém, tornou-se mais crítica, à medida que seu objeto de estudo e trabalho se definiram. A sua prática profissional assumiu uma atitude dialética mais envolvida com o processo histórico e dimensionada no contexto político social.

A formação do economista doméstico possibilita, sobretudo, uma atuação engajada na sociedade, nas áreas que dizem respeito ao atendimento às necessidades de melhoria de qualidade de vida da população de forma direta, isto é, atuando junto à comunidade em serviços de desenvolvimento comunitário, ou de forma indireta, atuando em empresas e em indústrias que objetivavam a satisfação das necessidades do homem no tocante à alimentação, vestuário, saúde e habitação.

3. O CURSO DE PREPARAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E PAPEL DO CURSO

Desde 1946, o Ministério da Agricultura estimulava a inclusão da educação feminina em seu programa de trabalhos. Esse incentivo à educação da mulher através do ensino agrícola foi intensificado na década de 1950.

Em 1952, na EAFSC foi criado o Curso de Preparação em Economia Doméstica, por inspiração de Nelson Maciel Melo, um dos principais assessores do Ministério da Agricultura. Contudo, desde 1910, com a primeira regulamentação do Ensino Agrícola pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, foi prevista a criação das escolas domésticas de agricultura, "visando a preparar as filhas dos trabalhadores agrícolas para os misteres da vida rural" e ministrando "uma educação apropriada ao sexo feminino" (CLEOPHAS, 1952, p. 65).

O Curso de Preparação em Economia Doméstica, criado em 1952, era oferecido na Escola Agrícola Benjamin Constant e em duas unidades implantadas fora da sede do estabelecimento de ensino: uma, no município de Maruim e outra, na capital do Estado de Sergipe, Aracaju.

Era um curso informal, considerado pelo Ministério da Agricultura como atividade de extensão. Era uma espécie de contribuição do ensino agrícola para as populações femininas mais pobres. A clientela desse ensino era quase toda formada por mulheres pobres que aprendiam noções de higiene, floricultura, culinária e vestuário. No final de cada ano letivo, elas expunham os trabalhos produzidos no período.

O curso era marcado pelo caráter assistencialista. A sua prática profissional tinha como fundamento a teoria da "Cultura da Pobreza" (LEWIS, 1961). Essa cultura "representa uma situação de vida que seria caracterizada pela precariedade sociocultural de certos segmentos da população de baixa renda" (KOWARICK, 1977, p. 34). Dentro desta perspectiva, o papel desempenhado pelo Curso de Preparação em Economia Doméstica Rural direcionava-se "no sentido de aliviar as misérias, as dificuldades de ordem econômica e/ou psicológica, através de ações que redundem na reintegração desses indivíduos ao sistema produtivo" (TAMBARA, 1983, p. 78).

Em Maruim, a unidade de Economia Doméstica era dirigida por Josilda Dantas. Além desta unidade, foi implantada outra em Aracaju[1], do mesmo modo que em outros estados existiam outras ligadas à rede de escolas agrícolas mantidas pelo Ministério da Agricultura. O curso foi criado com a "intenção de dar melhores condições para aqueles que viviam no campo. O homem produzindo e a mulher elaborando as atividades domésticas" (TAMBARA, 1983, p. 85). O curso preparava mão de obra para o exercício de funções como as de babá e empregada doméstica, ao mesmo tempo em que alfabetizava as alunas.

A partir de 1973, depois que foram encerradas, em Aracaju, as atividades do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, algumas freiras da Ordem das Irmãs Sacramentinas passaram a trabalhar em Maruim, na Unidade de Economia Doméstica do Colégio Agrícola Benjamin Constant.

Apesar de alguns poucos registros, nos arquivos da própria Escola Agrotécnica Federal de Sergipe, que dão conta de haver a Unidade funcionando durante vários anos, não permitem uma reconstituição da sua trajetória e das práticas ali implantadas. A unidade de Aracaju funcionava no bairro Santo Antônio, nas proximidades do Hospital Sanatório.

A iniciativa de implantar os cursos de Preparação em Economia Doméstica pelo Ministério da Agricultura, em 1952, estava inspirada no entusiasmo daquele órgão governamental com o êxito da experiência da Escola Doméstica de Natal, que funcionava desde o início do século XIX e que passou a interessar ao governo federal a partir de 1923.

Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola buscou incentivar a frequência feminina aos cursos agrícolas lembrando que:

O direito de ingresso nas escolas desse tipo era igual a homens e mulheres. Ressaltava, no entanto que, quando tais cursos se endereçassem às mulheres, deveriam ser de frequência exclusivamente feminina. É que se pretendia com isso um duplo objetivo: não exigir das mulheres trabalhos inadequados, sob o ponto de vista da saúde, e, na execução dos programas, ter-se

sempre em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher no lar (ROSA, 1980, p. 129).

Em 1964, o Ministério da Agricultura determinou a extinção dessas unidades e a transferência do ensino de Economia Doméstica para a sede da escola, a fim de ajustar o seu funcionamento às diretrizes da lei nº 4024/62. O novo padrão do curso foi então pensado como uma possibilidade de formar equipes de extensão rural. Tais grupos contariam com Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e Técnicas em Economia Doméstica, todos atuando de modo integrado.

4.0 CURSO TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

O Curso Técnico em Economia Doméstica teve sua organização iniciada em 1957 no momento em que a Escola Agrícola Benjamin Constant passou a oferecer cursos técnicos de nível médio. Em março do ano seguinte, a professora Leda Wanderley fez a entrega da escola ao diretor. Na Exposição de motivos encaminhada ao superintendente do ensino agrícola e veterinário, Newton Beleza, foi notória a demonstração da viabilidade para implantar o referido Curso, o qual foi fundado em março de 1964 pelo Agrônomo, o Professor Tennyson Araújo Aragão, que, na época, exercia o cargo de diretor do "Colégio Agrícola Benjamin Constant".

Ele transformou o Curso de Preparação em Economia Doméstica em Curso Técnico em Economia Doméstica. O Curso era dinâmico, atualizado, buscava objetivos operacionais que, ao serem postos em prática, correspondessem às perspectivas do alunado e, mais do que isto, às expectativas daqueles que procuravam o curso. Habilitava profissionalmente a aluna, consoante os critérios didático-pedagógicos mais modernos.

Quando inaugurado, o curso foi coordenado pela professora Walmy Laranjeiras, a única do grupo com formação específica em Economia Doméstica, responsável por toda a orientação técnica para o seu funcionamento. Na primeira turma, o curso técnico formou apenas três alunas. O processo de implantação foi progressivo – realizou-se um trabalho de sensibilização com as famílias e de convencimento das pessoas de que o curso era adequado e bom. Foi um processo muito difícil e uma das estratégias adotadas foi a organização de seminários de orientação vocacional para os alunos das turmas de oitava série de escolas públicas.

O Curso tinha a duração de três anos e possuía um currículo com disciplinas do Núcleo Comum e da Parte Diversificada. A presunção era a de que o Técnico em Economia Doméstica deveria ser formado com um currículo de disciplinas que possibilitasse o desenvolvimento das atividades profissionais através do conhecimento das ciências, da tecnologia e das artes, para a solução de problemas relacionados com todos os aspectos da vida, do ambiente e da família.

Dentro do aspecto filosófico, o curso era desenvolvido em uma Escola-laboratório onde o educando aprendia a fazer fazendo, participando de todas as atividades e etapas de trabalhos, desde o planejamento à execução. Tinha como objetivos preparar profissionais destinados a orientar a comunidade, de forma a superar suas necessidades através da valorização das potencialidades, contribuindo para a melhoria de vida, orientando a prestar assistência técnica em órgãos públicos e privados em atividades relacionadas às áreas da Saúde, Arte e Habitação, Vestuário, Alimentação e Extensão Rural, além de proporcionar oportunidade de vivenciar experiências concretas, fundamentais para atuação do profissional autônomo.

O Curso Técnico em Economia Doméstica funcionava com cinco laboratórios devidamente equipados para atividades práticas, tais como: Alimentação e Nutrição, Arte e Habitação, Vestuário, Administração do Lar e Higiene e Enfermagem. Neles, as alunas executavam atividades teóricas e práticas, objetivando aprimoramento profissional.

Os laboratórios de Alimentação e Nutrição, Arte e Habitação e Vestuário funcionavam com Unidades

Educativas de Produção (UEPs), recebendo recursos da Cooperativa da Escola para aulas administrativas, manutenção e execução dos projetos, cuja comercialização dos produtos manufaturados ficava sob a responsabilidade da cooperativa.

O mercado de trabalho para as Técnicas em Economia Doméstica era bastante abrangente, já que as mesmas podiam atuar em várias áreas, entre as quais: Instituições Públicas ou Privadas de Assistência no campo da Educação (escolas e creches); Saúde (hospitais, centro de saúde e campanha de educação sanitária); Alimentação e Nutrição (restaurantes, hospitais, hotéis, indústrias de alimentação e educação alimentar); Vestuário (atelier de alta costura, lavanderias, entre outros estabelecimentos); Arte e Habitação (feiras de artesanato e estabelecerem-se de forma autônoma); Cooperativas e Sindicatos Rurais e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural Estadual. Em Sergipe, o Hospital Santa Izabel contratou muitas profissionais formadas pela Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

As diplomadas também conseguiam ingressar como extensionista em órgãos públicos estaduais e federais responsáveis pela política agrícola em Sergipe. Outra alternativa era prosseguir os estudos e cursar licenciatura em Economia Doméstica para, posteriormente, tentar um vaga no quadro de docentes da própria Escola Agrotécnica.

Na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, o conjunto de disciplinas oferecidas no Curso Técnico em Economia Doméstica continuava considerando o pressuposto de que o lar era o reino da mulher e ela deveria ser formada para exercer tal papel: "Seja qual for a categoria social ou a situação financeira, o lar deverá representar sempre uma pausa nas lutas e dificuldades da vida. E quem comanda o espetáculo, quem cria a sua atmosfera é sempre a mulher, a esposa, a dona de casa" (SILVA, 2012).

O Curso Técnico em Economia Doméstica surgiu para atender à necessidade de "atenuar os problemas que envolvem as famílias modernas em suas múltiplas atividades e condições, para ajudá-las a acompanhar o desenvolvimento de todos os setores do conhecimento humano e tirar deles o melhor proveito" (CAVERO, 1987, p. 58).

O Técnico em Economia Doméstica desempenhava, geralmente, sob direção e supervisão de profissional de nível superior, tarefas de caráter técnico para planejar, orientar, supervisionar, executar e avaliar trabalhos de sua especialidade relativos à Administração do Lar e Habitação, Alimentação, Vestuário, Saúde e Educação (SERRANO, 1954, p. 14).

O Curso Técnico em Economia Doméstica de nível médio na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão oferecia, conforme a grade, as duas áreas que, fundidas, formavam o trabalhador cidadão. De acordo com as Diretrizes da Educação Nacional, na educação geral eram ministradas aulas com a formação geral, humanística e científica; na formação especial, conteúdos especificamente profissionalizantes; 360 horas do exercício orientado da profissão, o estágio supervisionado e a monitoria.

Associando a formação geral e a especial, o curso preparava o estudante não apenas para ser um técnico especializado, mas também para se tornar atuante e participativo, comprometido com a transformação social. O curso habilitava o cidadão para atuar no mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria de vida da comunidade. Para estes fins, o curso deveria qualificar o profissional com visão crítica do universo em que iria atuar, que exercesse seu papel como agente de transformação e com condições de acompanhar as mudanças tecnológicas.

O currículo do Curso Técnico em Economia Doméstica era composto, em sua educação geral, pelas disciplinas de: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Química, Biologia e Física; já as disciplinas que compunham a grade da educação especial eram as seguintes: Nutrição e Preparo de Alimentos, Desenho Aplicado, Vestuário, Artes Industriais, Práticas Agropecuárias, Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos, Arte e Decoração, Enfermagem, Pequenas Atividades Agrícolas, Educação Artística, Administração do Lar, Puericultura, Noções de Extensão Rural, Arte de Habitação, Recursos Audiovisuais, Prática de Administração do Lar e Práticas Industriais Rurais Caseiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que tudo que foi apresentado sobre a Economia Doméstica foi de grande valia e serviu para verificar que a Economia Doméstica, no campo do conhecimento e profissional, não deveria trabalhar apenas em função dos afazeres do lar, mas, sobretudo, o seu papel deveria ser desenvolvido dentro da comunidade não apenas familiar, mas como um todo.

Esse profissional deveria ser preparado para atender à família, à Escola e à comunidade como um todo, a fim de que pudesse propor alternativas para transformar a realidade comunitária. Seria necessário, então, habilitá-lo para realizar todas as outras funções – fosse na área de extensão, prestação de serviços, fosse como profissional autônomo. Estas tarefas iniciais desenvolveram nos profissionais de Economia Doméstica hábitos, habilidades e atitudes, aspectos indispensáveis para o desempenho da profissão.

A Formação em Economia Doméstica, através do Curso Técnico, tentou explicar, em função de suas práticas educativas, que, para ser mãe e uma boa dona de casa, era preciso muito mais do que adquirir o domínio prático de algumas atividades, como: costurar, cozinhar, lavar e passar roupa.

Para exercer esse papel, a mulher necessitaria enveredar para outros campos de estudo, era preciso dominar os saberes teóricos fundamentalmente. Era preciso estudar a ciência do lar, o que significava para a mulher se aprofundar em conhecimentos sobre a Psicologia, a Culinária, a Economia, dentre outros campos de estudo que dariam maior racionalidade às suas práticas e, nesse sentido, a Pedagogia ganhou um novo *status*, não só moralizante, mas também de formação educacional, contribuindo para formar mulheres disciplinadas, educadas, respeitosas e ativas administradoras do lar.

Por fim, o entendimento presente em nossa análise sobre as práticas educativas desenvolvidas pelo Curso Técnico em Economia Doméstica considera que o objetivo do curso não foi apenas formar boas donas de casa, mas, de uma forma geral, educar mulheres para um novo mundo moderno que se descortinava. A preparação para o mercado de trabalho, que exigia a racionalização da mão de obra e indivíduos eficientes e ativos, transpôs-se para o âmbito escolar e também familiar onde, no segundo caso, foi cobrado das mulheres um melhor empenho nas atividades do lar, devendo, pois, aprender a melhor administrá-lo, racionalizar os recursos econômicos da casa e educar seus próprios filhos para esse novo mundo que trazia com ele princípios valorativos próprios do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C.C.G. do. **Fundamentos de Economia Doméstica**: Perspectivas da Condição Feminina e das Relações de Gênero. Fortaleza: EUFC, 2002.

CAVERO, D. O.. **Guia para currículo de Economia Doméstica**. Contribuição da educação em economia Doméstica para o ensino especializado em Economia doméstica. Rio de Janeiro:Gráfica Barthel,. 1987.

CLEOPHAS, J. **Ministério da Agricultura**. Rio de Janeiro, 1952

.

MARTINS, E. C. A filosofia da educação na atualidade. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, 1993,p. 155 – 178.

ROSA, M.G.de. História do ensino agrícola no Brasil República. Marília: Unesp,1980.

SERRANO, I. A. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

TAMBARA, Z. C. e TAMBARA, E. Antropologia Social e Economia Doméstica: elementos ideológicos. In: **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1983, vol. 3, n 1, p. 35 – 38.

[1]